

PALESTRA EM ALTA FLORESTA

Tema: Universidade Pública e seus desafios: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Bom dia, caros colegas e caras colegas;

Aqui somos colegas de profissão, colegas de trabalho, colegas de tudo: do que é bom e do que não é bom nesta nossa trajetória acadêmica, não é? Eu não gosto muito destas leituras do meu currículo, porque fica parecendo que eu fiz muita coisa, mas na verdade a gente não faz muita coisa porque o tempo é curto. Eu sempre digo que tenho um sério problema com o tempo, inclusive para falar; sou muito faladeira.

Quando a nossa colega dispõe os objetivos deste evento, fico bastante preocupada. Será que eu vou dar conta de toda esta expectativa deste evento, professora?

Eu recebi o convite a uns oito dias, eu estava na estrada. E recebi o convite da Keila, inclusive foi difícil falar, pois ela me ligou umas 15 vezes. Parece que eu sempre estou em lugar onde o celular não pega ou eu não posso atender, e eu aceitei porque já estava retornando de outra estadia, em outra viagem, e assim eu emendei uma viagem na outra, e estou fora de casa desde quarta feira; só Deus sabe a saudade do neto, porque eu só tenho um e ele tá lá chorando pela vó que está fora. São coisas que também fazem parte da nossa subjetividade e impactam também no nosso trabalho todos os dias. Até para isto temos que fazer planejamento estratégico, principalmente agora que tenho o primeiro neto, pois eu não tinha nenhum e os filhos todos já crescidos e fora de casa.

Porque que eu aceitei, por exemplo, com toda esta correria, vir até Alta Floresta?

Aceitei porque eu também faço parte de uma universidade que tem o mesmo perfil da UNEMAT, pois UEMS e UNEMAT são irmãs gêmeas até em tempo de vida, pois quase nasceram juntas. A UNEMAT nasceu antes, mas em uma situação de faculdade, mas que vai se afirmar como universidade lá por 1998 também, que é quando a UEMS inicia, pois ela iniciou de fato em 1994, mas já com os campos todos e perfil de universidade.

Então, são muitas as lutas, muitos os embates, que duram até hoje, temos muitos problemas para resolvermos e a questão do planejamento é sempre um nó muito difícil de desatar; geralmente a gente consegue encontrar as pontas do nó, mas não consegue fazer a linha esticar.

Eu sei porque participo do Conselho Universitário, principalmente da câmara de administração, que lida com a questão do orçamento, e como já estive na gestão muitos anos, apesar de hoje não estar em cargo na gestão, mas estou praticamente como gestora, pois o reitor não dá uma folga, porque ele acha que os dinossauros da universidade tem a obrigação de continuar a ajudar. Assim é que somos chamados: “os dinossauros”, aqueles que chegaram na criação e também a cúpula da universidade. Hoje só tem uma meia dúzia de dinossauros lá.

Eu me vejo muito próxima a UNEMAT. Já estive duas ou três vezes trabalhando também nestas discussões na UNEMAT, em outros momentos, sobre universidade indígena lá em Barra do Bugres, já estive em Cáceres, discutindo as questões da formação do PRONERA e outras vezes eu estive a convite para algumas temáticas. Hoje eu vim aqui com um tema muito amplo e desafiador.

Neste tema cabe a universidade inteira, da sua criação até os dias atuais, e todas as ações de extensão, administração e tudo mais. Falar se a universidade cumpre os seus desafios é falar dela completa e ainda fazer um link com a qualidade da educação superior, é um negócio bem difícil.

Então, ao que eu me propus? – Vou confessar para vocês que desde sexta feira, nos momentos que eu tenho livres, na estrada ou onde eu estou parando até chegar aqui, eu fiz e refiz esta fala umas três vezes, tanto que eu cheguei aqui e falei: nem vou usar pen drive ou data show, porque é bastante complicado e é

uma discussão que merece em primeiro lugar um processo de reflexão.

Então eu gostaria de iniciar esta reflexão pelo título da palestra: porque quando você fala “universidade pública”, você já está separando grande parte das instituições, sem querer ofender as particulares, mas já estamos separando o “joio do trigo”, pois temos um outro perfil, porque somos universidades públicas, tanto estaduais, quanto federais, que se diferenciam. Tanto a UEMS quanto a UNEMAT, quanto ao fato de serem estaduais, também tem um perfil diferenciado, aliás a região centro – oeste tem isto, pois a universidade estadual de Goiás tem o mesmo perfil, pois se aproxima destas duas. Então, são as três estaduais que se aproximam com as mesmas características na missão e de um modo geral, nas suas formas de ação, que é questão da interiorização do ensino, principalmente, mas que hoje tem a questão do ensino, pesquisa e extensão.

A questão é refletir: que universidade pública é esta que nós temos? Que é a UEMS? Que é a UNEMAT? Então, mesclarei a minha fala e depois no final vou fazer algumas reflexões sobre a questão da UEMS com a experiência que eu tenho, que talvez sirva também para vocês refletirem em algumas questões e não pecar talvez em algumas coisas que já pecamos, da mesma forma que nós também observamos as coisas que vocês fazem, para melhorar a nossa atuação.

A primeira coisa que eu pergunto é sobre a “qualidade”. A palavra qualidade aparece no título. **Mas o que é qualidade dentro da educação superior de uma universidade estadual?**

- A gente ouve muito falar em qualidade, mas quando recorremos à literatura, nós descobrimos que não existe um conceito, digamos assim, que seja consensual sobre a questão da qualidade na educação superior. Há uma polissemia de conceitos, e não dá para selecionar um ou outro e dizer que este ou aquele representa o que seja qualidade de fato.

Porque? – Porque em cada um, em cada instituição e em cada contexto político da época, em cada política nacional de educação, que é lançada, seja para o sistema como um todo e onde o governo estadual também “bebe”, digamos assim, nós não podemos seguir ou fazer alguma coisa que esteja fora daquilo que esteja hierarquicamente colocado no sistema nacional. A (a ideia de qualidade) qualidade vai depender do conceito de quem está discutindo, de quem está com a autoridade para escrever documentos, de qual é o entendimento, a linha filosófica, teórica, metodológica, que estes indivíduos ou estas indivíduos têm no momento em que escreve o documento. Então tem também a ver com o governo que está naquele momento na direção do país.

Podemos olhar, por exemplo, para trás, na época do governo Fernando Henrique Cardoso, qual era o conceito de qualidade que pairava sobre as universidades. Era todo um conceito dirigido para a lógica exclusiva de mercado. O governo queria atender aos organismos internacionais de qualquer jeito e por isto sacrificou as universidades. Porque a corrida era preparar mão de obra para o mercado de trabalho, para atender isto e aquilo, sem contar com as questões do neoliberalismo, que contaminava todas as políticas da época.

A gente sabe que houve uma paradeira geral nas universidades e as estaduais sentem o reflexo, porque se nacionalmente o sistema de educação não anda ou direciona para A ou B, as estaduais acabam também tendo que enveredar por alguns desses caminhos, já que os governos estaduais vão ao governo federal com o pires na mão. Então, o governo federal geralmente impõe algumas condições, a gente sabe disso, na época em que as vacas estão magras nos estados, os governadores e deputados circulam pelos ministérios, em busca de recursos e eles também começam a apertar suas instituições, seja a rede pública, seja as instituições de ensino superior, para que atendam a determinadas políticas do governo, para que digam: “olha lá, estamos seguindo a sua trilha”, por favor, agora não deixe de liberar recursos para mim. E a gente assiste isto a mais de 30 anos, digo isso porque já passei da idade de aposentar. Eu tenho assistido isto diariamente, acompanhado, discutido, combatido isto dentro da instituição.

Depois que passou o período do FHC, as universidades de um modo geral ficaram muito fragilizadas.

Quando chega o governo Lula, a gente disse assim: agora alguma coisa vai melhorar!

- Na UEMS antes do governo Lula, mesmo no governo FHC, tivemos a felicidade de termos um governador que foi sensível, não faço apologia, pois não sou ligada a nenhum partido político, quero deixar claro, um governador que governou por oito anos, que pegou nossa universidade sem receber repasses por mais de três meses, folha de pagamento com 4 meses sem salário, no estado inteiro. Deu-se um jeito e depois criou uma lei vinculando nosso orçamento ao orçamento do estado em 3% de forma progressiva. Se estivéssemos seguindo a lei, estaríamos fechando exatamente o ano de 2014 com 3%. Nos oito anos em que ele permaneceu no governo, nós recebemos os repasses regularmente, com os índices que estavam postos e trabalhamos de forma relativamente tranquila, e podíamos sim, fazer o planejamento para o outro ano, na câmara de administração, sabendo o quanto “teríamos” aproximadamente, para gastar, sabendo que poderia ou não ser este recurso repassado para nossa conta, podendo ser menos por conta da receita ou podendo ser até mais. Quando este governo sai e entra o famoso Puccinelli, a primeira coisa que ele fez, na surdina mesmo, foi caçar a lei do repasse. E na mesma época em que ele entra, há uma troca de reitoria, sendo que o reitor novo que entra, sem nenhuma experiência de gestão e que venceu em um embate político, porque a UEMS é sempre muito quente nesta questão de eleição, tendo sempre várias chapas. Ele assume, ganhando por uma diferença muito pequena e o seu vice era o ex-presidente do sindicato dos professores e ligado ao PT.

Arrumamos pra cabeça. Primeiramente porque o Puccinelli não reconheceu quando assumiu, esta reitoria, porque ele os considerava inimigos, por conta do vice-reitor e, reitor, por que tinha aquela coisa de achar que conhecia muito o governador, sem conhecer. Então iam para o embate com o governador. Assim, ficamos oito anos com o pires na mão, porque ele tirou a lei do repasse e o reitor somente foi descobrir seis meses depois, para vocês verem o que é inexperiência de gestão que falo. Ele só foi descobrir depois que algumas pessoas, alertaram-no para verificar a situação, porque ele não tinha ido à votação do orçamento na assembleia legislativa. Se ele tivesse comparecido enquanto presença política da universidade, teria presenciado o acontecimento, pois o cargo de reitor é um lugar político, não é para “fazer”, mas é para gerenciar toda a situação da universidade.

Ele tem que ser o elemento de articulação, ele tem que ser o elemento que independentemente de ser PT ou ser qualquer coisa, tem que “passar o vernizinho”, e lutar pela instituição. Deixar suas ideologias pessoais e assumir a missão da universidade.

Então, nós penamos oito anos com este governador. O que ele podia fazer para prejudicar, ele fazia, inclusive não fazendo os repasses, deixando a gente praticamente sem dinheiro, em uma situação muito difícil para fazer concursos e etc. Mas, nós que já tínhamos nascido em uma situação ímpar, com 14 campus e mais um escritório em Campo Grande, já estávamos acostumados a lidar com a pobreza e com a desavença política e etc. Um exemplo disso foi inclusive, no governo Wilsom Martins, ele tentou fechar a universidade, mas teve que voltar atrás porque foi uma revolta estadual e ele não teve condições como governador de manter aquilo que tinha feito. Então, passamos o tempo torcendo para que acabassem os oito anos do ex-governador Pucinelli, para que nos libertássemos dele de vez, já que ele não poderia ser eleito mais uma vez.

Hoje nós estamos com o governador Reinado Azambuja que, de certa forma, nos chamou para a negociação como antes, embora o atual reitor, que foi eleito agora, em junho, em chapa única, conseguiu este feito, é uma pessoa que trabalha muito como dirigente, e ele faz exatamente isto que eu estou dizendo: ele é político. Não político-partidário, mas como o melhor pesquisador de peixes, ele acabou aprendendo a nadar em todas as águas, até onde tem jacaré! Ele vai, vai negociando e agora praticamente conseguiu de volta nosso repasse, tanto que neste ano, o governador já anunciou que nós teremos, dentro do que está

previsto, praticamente o dobro daquilo que nós vínhamos gerenciando, tanto que eu brinquei com o reitor - será a gente vai conseguir gastar este dinheiro? Porque outro problema muito sério nas instituições é a questão da gestão dos recursos.

E nós sabemos que nem em nossas universidades, onde temos até mestrado em economia, se eu solicito a alguém da área, este não consegue me dizer como funciona um processo de licitação do começo até o fim, dentro da legislação do estado e da legislação federal. Então, isto é muito complicado; eu, por exemplo, tenho vários projetos financiados com recursos externos, dos ministérios; tem casos em que e eu mesma faço a documentação para agilizar o processo.

Muito da questão do gerenciamento financeiro não é o conhecimento teórico; mas você precisa desse conhecimento teórico, você também precisa ser um indivíduo disposto a estudar, buscar e conhecer o funcionamento da instituição, para dominar os caminhos que existem dentro da universidade, inclusive para buscar recursos. As vezes me perguntam: como você consegue tantos recursos? Digo: olha filho, a primeira coisa é saber como andar em meio as pedras, sem ralar os pés e sem quebrar as pernas. Então, isto é uma coisa que você vai adquirir com o estudo, com trabalho e com observação. Então, o professor universitário não pode ter preguiça de estudar e conhecer a legislação; conhecer a própria instituição, saber como ela está legalmente composta, como ela está legalmente estruturada, para saber inclusive internamente como é que vai gerenciar as situações.

Sabemos que dentro da universidade temos coordenadores de curso e até pró-reitores, que sentam na cadeira e não sabem como é que funciona o sistema da universidade. Isto é muito grave, porque se você se propõe a fazer aquilo e a assumir aquele cargo e você não tem o conhecimento, a experiência, a primeira coisa é se preocupar em adquirir. E outra coisa: dentro de uma universidade, as coisas não podem acontecer de forma desarticulada. O ensino, aqui, a pesquisa lá etc... Cada um fazendo no seu cantinho. Enquanto houver uma compartimentação, com cada qual, isoladamente, fazendo a sua parte, achando que está fazendo o máximo, a universidade não anda. Porque aí não há um planejamento, nem estratégico e nem participativo.

Outra coisa: as pró-reitorias. Nós sabemos que, dentro das universidades, existe um processo de uma área achar que é mais importante do que a outra, principalmente (me desculpem, se estiverem aqui) os pró-reitores de pesquisa e pós-graduação, acham que a pesquisa é mais importante na universidade do que o ensino. Eu faço o combate a isto, dizendo: olha, vamos tirar todos os alunos de graduação e vocês se viram como pesquisadores. - Vamos ver se vocês tem universidade! Porque se eu não tiver aluno, se eu não tiver sala de aula, ensino, não tem pesquisa e não tem extensão, ou seja, não é universidade! A universidade existe porque existem cursos de graduação; porque existem alunos.

Estas coisas nós precisamos refletir seriamente na universidade o tempo todo. Porque a universidade só vai caminhar para o processo de qualidade seja qualidade "a", "b", "c", etc... se houver este processo de reflexão, discussão e de trabalho coletivo alojado dentro da universidade.

Reitores e pró-reitores, todos precisam saber que, inclusive seus diretores e coordenadores de curso, que universidade é esta, qual é a missão dela, como é que ela funciona, quais são suas fragilidades, quais são as suas potencialidades. Principalmente, quais são as suas potencialidades. Porque fragilidades, vulnerabilidades são muito fáceis de serem apontadas; agora, as potencialidades, são as mais difíceis, porque isto requer o olhar inverso daquele processo de avaliação que nós estamos acostumados a fazer a vida inteira. Enquanto professores, quando nós aplicamos uma prova para o aluno ou qualquer outro exercício, o que é que ficamos procurando? Os acertos ou os erros?

- São os erros! – E isto é uma questão quase que ideológica, de um processo de formação que acontece dentro da própria universidade em todos os seus cursos. Então, o aluno faz quase tudo perfeito e erra em alguma coisa, e o professor diz: - rapaz, você errou nisto e nisto, ao invés de dizer assim: - Menino, você

acertou quase tudo, olha só que beleza! Mas, não, diz: - Você errou isto e isto! Veja se na próxima vez você não erra! Isto é a pior coisa que pode acontecer para quem lutou para chegar mais à frente.

E na instituição a gente fica fazendo isto o tempo todo. Em vez de estarmos procurando o que temos de potencialidades, quais são os nossos acertos, o que é que está dando certo dentro da universidade para investir cada vez mais nisto, a gente fica pelos cantos, pelos corredores, falando mal dos gestores, falando mal do colega, da coordenação de curso, etc... E aí é claro que você gera um processo que não é um processo de qualidade.

Então, a primeira pergunta para vocês seria: - O que é que se entende por qualidade, dentro da UNEMAT? O que seria ou é qualidade de ensino, qualidade de educação para a UNEMAT?

- Esta é a pergunta que vocês precisam se fazer.

Porque esta questão da qualidade vai envolver uma série de outros aspectos e critérios. Nós não podemos cair e permanecer na armadilha do sistema avaliativo. Porque hoje nós estamos praticamente ligados a questão da qualidade, “amarrada” à questão das avaliações, interna e externa. Avaliação dos SINAES, avaliação do ENADE, avaliação do ENEN, etc... As comissões que vem avaliar os cursos, que vem avaliar o credenciamento da universidade também visam isso. Assim, a gente está sempre preocupado em atender os quesitos mínimos para a avaliação que vai chegar daqui a pouco, em tal área, em tal curso e em tal lugar. E a avaliação não pode ser vista desta forma, ela não pode ser vista como o único indicador, o centro de todo o processo de busca de qualidade na educação superior, porque esta qualidade da qual estamos falando, ela tem a ver com alguns questionamentos. Qualidade se mede apenas com critérios definidos nos instrumentos avaliativos? Qualidade se mede com que?

Então, um professor aqui falou: 1.500 professores, sendo que 33% são contratados. E aí? Isto é um indicador para qualidade? As vezes, nós temos destes 33% de professores contratados 15% fazendo um trabalho melhor do que 20% dos efetivos. Esta é a verdade. Porque uma das coisas que também nos preocupam é que alguns de nossos colegas quando se tornam efetivos, saem do estágio probatório, simplesmente se acomodam e ficam lá dando suas aulinhas, recebendo o seu salário, achando que estão fazendo muita coisa. E aí quando vem as reivindicações, por exemplo, de plano de carreira, de salário e etc, eu costumo dizer que tem muita gente ganhando muito pelo pouco que faz e que tem pouca gente ganhando pouco pelo muito que faz.

A universidade é considerada como local do saber, mas não apenas aquele saber que se coloca como “saber é poder”. Saber é poder quando este saber traz algum benefício para aquele com o qual se está se divide este discurso. A gente precisa lembrar de Foucault, que diz que os discursos também tem poder. Mas, se for só o discurso pelo discurso, o poder logo se esvai. Nós estamos em uma época, graças a Deus, em que os discursos não se mantêm estabilizados por mais do que algumas horas, alguns dias ou até a próxima notícia. Então, nós, enquanto docentes, pesquisadores, especialistas, gestores, que são funções que a gente exerce no papel de docentes, precisamos sim ter um discurso, mas não o discurso pelo discurso, mas um discurso mediado, inclusive pela ação, porque professor que discursa bonito, mas não faz, não se sustenta como intelectual. Por exemplo, nós temos na UEMS a questão do professor TI – Tempo Integral - e o professor de tempo integral tem que desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, mas sabemos que muitos destes professores não fazem extensão; alguns tem projetos de pesquisa tão insignificantes, que nós dizemos que são projetos para “contar palito de fósforo”, apenas para dizer que tem projeto, para não terem que ser apontados pelos colegas e discentes. Pessoas que não querem saber de auxiliarem na coordenação de curso, participar de comissões, em nada... a pessoa nunca tem tempo, ela nunca está disponível.

Estas questões são muito graves! Só que agora, os alunos, a gente percebe na UEMS, começam a questionar. Porque, por exemplo, quando saem os editais de bolsas em nossa universidade (para pedir bolsas para alunos, temos que ter projetos cadastrados) e os estudantes procuram aquele professor que

fala bem, discursa, está debatendo políticas públicas e perguntam se este docente pode lhe acolher com uma bolsa e o mesmo diz que não tem projeto, o que acontece? Bom morreu aí a imagem que o aluno tinha deste e o discurso dele foi junto! – As alunas do curso de pedagogia por exemplo, fazem questão de alardearem para todo o mundo que fulano não tem projeto, que outro fulano não tem projeto e quem tem projeto é fulano, fulano e fulano... Só que aí, cada um de nós temos uma cota máxima de bolsas e não podemos acolher todo mundo.

A gente começa também a viver, lá dentro, em alguns cursos, como o de Pedagogia, alguns conflitos, relacionados a estes posicionamentos das alunas que começam a querer saber quem são os docentes delas, o que estão fazendo e o que estes docentes podem fazer por elas, porque são alunas na sua maioria que querem realmente ter um compromisso com o aprender.

Outra coisa que está sendo questionada, que faz parte da questão da qualidade, são os processos de ensino-aprendizagem em sala de aula. Inclusive, eu já venho descrevendo a algum tempo e estou voltando agora de novo a esta discussão, da permanência, na qual estamos colocando uma questão séria, a maioria dos alunos que se evadem - e eu coloco o evadir ou “evasão” entre aspas, porque na verdade são expulsos da sala de aula – para indagar: são expulsos de que forma? Algumas respostas já indicam que são expulsos pelos processos de ensino-aprendizagem exercitados na sala de aula, pelos processos que envolve a relação alunos e professores em sala de aula, principalmente em universidades como as nossas, em que existem cotas para alunos indígenas, processos específicos de cursos para indígenas, cotas para negros, acesso da população rural, acesso de pessoas com deficiência, processos relativos a escola pública, de onde vem os nossos alunos mais vulneráveis, economicamente falando e que não podem satisfazer todos os gostos dos professores. Professores de algumas áreas que querem que o aluno compre isto, que o aluno faça aquilo, que o aluno vá tantas horas para a universidade, esquecendo que estes alunos precisam comer, trabalhar e precisam de uma série de coisas. São estas questões que hoje estão centralizando, por exemplo, os processos de evasão da universidade.

Além disto, uma outra questão muito grave, é aquilo que o pessoal da área de exatas, principalmente, costuma vir muito bravo questionar quem defende as políticas de ação afirmativa, ou seja, a questão de falta de pré-requisitos.

Geralmente perguntamos: O que são pré-requisitos professor? - Ah, eles não sabem nem fazer as operações matemáticas (básicas). De quem é a culpa, professor? - Ah! É da escola pública que está aí e não ensina! E quem é que está lá na escola pública, professor? - Os professores! E quem formou estes professores? Nesse momento, ficam sem respostas, já que a maioria deles (professores) estão a 20 anos formando professores de matemática, química, física, letras, etc. São os egressos desses cursos que ao se formarem, imediatamente, são absorvidos pela rede pública em concursos e contratações. A tentativa é mostrar a estes docentes que o aquele aluno que foi seu orientando, que defendeu TCC, que ele avaliou o estágio, está lá na escola fazendo isso. Ou seja, como reclamar do fruto do seu trabalho? Isso é um são questões para os cursos discutirem e resolver, já que colocam uma profissional no mercado achando que formou um bom professor, um bom Engenheiro ou um bom advogado. Na formação de professores o fruto sempre retornará para dentro da universidade. E o retorno para dentro da universidade aponta as fragilidades do processo de formação da própria instituição.

Então, se hoje eu tenho na rede pública, 40% dos funcionários formados pela UEMS, porque temos praticamente isso, ou mais, se o processo não está dando certo, a UEMS tem praticamente a maior parcela nesse processo. Então não podemos reclamar que o aluno está chegando com deficiências, porque ele é o aluno que o nosso aluno (egresso) conseguiu formar! Portanto, esse aluno é o reflexo daquele professor que formamos. Essas questões a universidade precisa pensar.

E nós, por exemplo, ao pensar que a UEMS e a UNEMAT estão interiorizadas, não significa que nas cidades

pequenas como aqui, em Alta Floresta, Mundo Novo ou Paranaíta, que está a 700 quilômetros sede, de onde eu estou vindo até aqui, tem que oferecer para os nossos alunos o mínimo, aquilo que antigamente estava na legislação, conteúdos mínimos! Ah, porque são alunos que vem da escola pública, porque são pobres, porque aqui é Universidade do interior, porque aqui a gente não pode arrochar muito, etc. Não uma questão de arrochar, mas ter a consciência e o conhecimento do que é um curso superior.

Claro, evidente, que você não vai pegar um curso, por exemplo, que nós temos de licenciatura plena em informática, lá em Nova Andradina e, nesse curso exigir o mesmo que se exige em um curso de ciência da computação, que é integral, na cidade de Dourados, em termos de aprofundamento de conteúdo, mas o aluno tem que ter o acesso aos conteúdos que aquela formação exige e está garantido no projeto Pedagógico

Se o aluno não vai bem, não tem pré requisitos, eu me conformo que esse fato com isso e fico retendo esse aluno, segurando para ver se ele desanima e vai embora? Pasmem, a gente tem até este discurso!

Na questão dos indígenas, nós temos professores, na área de humanas, inclusive no nosso curso, que dizem assim: aqui não é lugar para indígena! Indígena tem que ter um curso só para eles e separado! O que é que eles querem? E a gente responde: Professor, eles querem o mesmo que você quer! E afirmamos mais: quando vocês vieram com esse pensamento retrógrado, racista para dentro deste curso, vocês também estão no lugar errado!

Então, vejam bem, são coisas que na hora que paramos para pensar, e nós passamos por um processo mais ou menos como este de vocês aqui, no ano passado, na discussão do PDI, nós descobrimos também que o PDI, que já era o segundo aprovado, não teve nem 40 por cento das suas metas cumpridas. Perguntamos: para que fazer um novo se não cumprimos nem o velho? A resposta é que precisava redimensionar as metas. Redimensionar para quê? A gente redimensiona quando a encontra obstáculos para a execução. Aí sim, você para, faz o processo de reflexão e planeja aquela ação. Mas se você nem exercitou a tal da ação, como você quer repensar ou replanejar? Estas são coisas que estão dentro do dia a dia da universidade, no exercício da universidade e que muitas vezes nós não paramos para fazer. Isso é um exercício obrigatório: pensar, a cada dia, as ações da universidade. Não é fazer um PDI, fazer um planejamento. Colocar lá e dizer: bom é isso. Não! Porque a palavra planejamento já está colocado dentro dela a possibilidade de você estar refletindo, refazendo uma série de coisas, detectando o que precisa mudar e o que você não precisa, mas a partir do que você está exercitando, mudar as suas metas, etc. Se adequando ao contexto, por exemplo: nós precisamos fazer um curso de Engenharia Florestal aqui! Mas, nós verificamos que não haveria demanda. Mas como é que se verificou que não há demanda?

Então, tem que ser um processo anterior. Alguém disse que não há demanda. Mas, como é que foi detectada essa falta de demanda? Quais são os estudos feitos? Quais foram os diagnósticos? Como é que você pode afirmar que não há demanda para isso então? Outros dizem: não, nós vamos abrir um curso de direito, por que direito tem demanda. Direito você pode abrir até no fundo do quintal, que tem demanda! Porque? Porque existe uma questão que é ideológica, também é cultural no Brasil, de algumas profissões, que as pessoas olham como se fossem cursos da elite: direito, medicina, odontologia, e que acham que isso vai resolver o problema da universidade e da sua vida. E aí nós vemos, por exemplo, que na UEMS tem quatro cursos de direito e em alguns lugares a gente está detectando, que os alunos que se formaram em Direito e são da região, não tem o que fazer porque os postos de trabalho já estão nas mãos de várias pessoas daquela cidade, que é pequena.

Nos escritórios, o filho do indivíduo que já é advogado, faz não sei quantos anos também fez o curso e já ocupou a vaga e aquele que não tem nenhuma perspectiva, não tem família com dinheiro para montar escritório fica com diploma na mão esperando um concurso público em outros lugares etc.. E sem contar que a qualidade dos nossos advogados que estão sendo formados também é muito duvidosa,

principalmente na formação cidadã destes indivíduos. A gente está vendo isso.

Eu rapidamente posso ilustrar ao contar que semana passada eu estava em Paranaíba acompanhada do reitor porque no curso de Direito nós temos um problema muito sério de racismo, homofobia, assédio moral etc, entre outras coisas. Agora a bomba estourou e está nas redes sociais. Porque? Por conta da presença de negros cotistas. São dez anos que eles, os não negros, vêm aprontando com alunos e professores, mas o povo vai mediando esconde aqui, segura dali, não é bem isso, não é bem aquilo. Aquele velho discurso! Só que agora nós temos lá alunos que vieram de outros estados como Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro etc, como cotistas, alunos que já militavam politicamente, não política partidária, mas em movimentos sociais do negro, na questão indígena, etc, e que entraram este ano, no primeiro ano e, que não aceitaram os abusos que os alunos já estavam acostumados a fazer. No ano passado o aluno que tinha apelido de nazista foi escolhido como orador da turma de direito.

Então, vejam bem, a que ponto nós chegamos! Ele foi escolhido para ser orador da turma! E o apelido dele durante cinco anos era de “nazista” porque ele perseguia os demais que considerava diferente. Havia uma perseguição contra as meninas que são lésbicas, os meninos que são gays, os meninos que são negros. Agora tem dois indígenas pela primeira vez naquela unidade. Existe inclusive alguns professores que endossam tudo isso e se divertem inclusive com isso. Agora alguns estudantes que chegaram este ano, vindos de fora, muito mais antenados politicamente, criaram um coletivo chamado coletivo de estudantes negros “Teresa africana” e, começaram todo um trabalho dentro da instituição, de combate ao racismo, homofobia, com seminários, panfletagem, denúncias, etc. E aí as coisas esquentaram por lá. Criaram um movimento de resistência contra essas posições dos garotos que lá estavam, a maioria filhos de fazendeiros, outros que vieram do interior do Estado de São Paulo, Goiás, mas todos com grande poder aquisitivo, todos do curso matutino, diferente do noturno. Chegaram a dizer que o curso matutino não era para negro, para cotistas, que eles deveriam ficar todos no noturno. O fato é que pegaram a carteira de um negro do coletivo e desenharam atrás, com um objeto pontiagudo, um macaco, fizeram uma frase ofensiva e o símbolo da suástica. O garoto registrou queixa na polícia, ministério público e exigiu atitude da reitoria.

Recolheram aquela carteira, encaminharam para a gerência da unidade. Eu estava presente no dia do acontecimento e, inclusive, acalmei tudo aquilo, porque o coordenador do curso dizia assim: mas vocês não podiam ter feito isso sem me consultar, isto não é só uma questão de pele. Eu disse para ele: - realmente professor, não é, porque a sua não é preta igual à nossa. Então são coisas que acontecem dentro da universidade e muitos alunos de lá já desistiram e das outras unidades também se evadiram, só que é um processo silencioso. E nós já tivemos outros processos na universidade relacionado a isso desde que criaram-se as cotas. Fomos capa da Veja em 2004 com caso de racismo de professor e, nem assim a gente consegue exercitar este processo de sensibilização dos nossos professores de que a universidade não é mais uma torre de marfim, que só aos escolhidos pode pertencer; mas sim um lugar de todos, com políticas para todos. Porque ela é lugar também daqueles que outros chamam de diferentes, sejam pessoas com deficiências, indígenas, com orientação sexual diferenciada, negros, mulheres, etc.

Isso da maioria no corpo docente ainda pensar que a universidade é um lugar de excelência no qual somente cabem pessoas que têm um perfil que historicamente foi colocado como o dono do poder, já passou da hora de ser modificado. Eu não estou dizendo isso como mulher negra, mas estou dizendo isso como professora, como docente, que não só pesquisa, mas que também trabalha com todo mundo. Oriento alunos negros, brancos, mulheres, homossexuais. Quando vêm para minha orientação, gosto de conhecer, saber a sua história de vida, mas antes quero saber do objeto que ele vai pesquisar, do interesse dele, qual é o retorno que ele vai dar, qual é o projeto que ele vai desenvolver. Então, para se pensar qualidade nós precisamos pensar em todas essas questões.

A UNEMAT tem tudo isso, eu sei. A UNEMAT está interiorizada. Como é que é a UNEMAT aqui em Alta Floresta? E como é a Unemat em Cáceres? Deve ser diferente porque em Cáceres está a sede; Alta Floresta

está a 700 quilômetros, com todas as suas dificuldades. Então, a gestão tem que ter inclusive essa sensibilidade de saber que precisa de um processo diferenciado dentro de suas políticas para cada região, para cada setor, para cada unidade ou Campus. (na UEMS, que gente chama de unidade Universitária). Precisam saber quais as pessoas que estão lá. Precisam saber quais são os professores, quais são as áreas. E quando pensar em planejamento também tem que pensar nos cursos que estão aqui em Alta Floresta. Eles realmente estão dando o retorno que vocês, enquanto professores universitários acreditam que deveria dar? Será que não é hora de repensar algumas destas áreas e investir dentro da mesma área, aproveitando os mesmos professores em cursos diferentes? Não seria hora de renovar um pouco estas questões?

Eu ainda disse para as meninas, no caminho, que o curso de letras em Dourados que é sede, no ano passado fez 8 chamadas para preencher as suas vagas. Aí, no outro ano, necessitou fazer catorze. Daí o coordenador do curso estes dias passou por mim e disse: Maju você que entende destes negócios aí, me diz o que fazemos para resolver este problema do curso de letras. Eu disse: fecha!

Ele: Oh Majú! - E eu disse: fecha! Já passou da hora! Tem 20 anos que este curso está aí e nos últimos anos tem problemas sérios para preencher as vagas. Nós trabalhamos juntos UFGD de um lado e nós dois de outro na Cidade Universitária só uma rua nos separa. A UFGD tem curso de letras e a UEMS tem dois cursos de letras, um de inglês e um de espanhol e nenhum deles fecharam as vagas. Eu disse para ele: fecha! Para que precisamos de tantas pessoas graduadas em letras, pois nós já formamos muita gente no Brasil inteiro, em 20 anos, e as crianças continuam na Educação Básica sem saber ler, sem saber escrever; os alunos do Ensino Fundamental também não sabem fazer uma redação, chegam ao quinto ano sem aprender ler. Eu disse para que mais letras! Vamos pensar em uma outra opção na própria área de letras, linguística etc; algo que traga uma nova contribuição, um olhar para este pessoal que ainda busca essa área e não quer mais fazer letras. Porque tem gente que gosta da área mas não quer fazer letras.

E aí ficam muito bravos quando eu falo para fechar! Eu acho que tem que fechar! Mas também não é fechar assim de supetão. É preciso fazer um estudo, ver o que podemos oferecer, aí sim, discutir porque vamos redimensionar tal curso, como trabalhar com os mesmos professores, etc. No caso da UEMS tem uma vantagem que é o fato das vagas para professores admitidos em concurso, embora direcionadas para determinado local, os docentes não ficam presos a localidade, sendo permitido o remanejamento. Os professores no final do ano podem ser remanejados para outra Unidade e curso dentro da mesma área. Caso haja disputa de vagas, então é feita a escolha da vaga com base em ranking de pontuação. Assim, o professor não fica preso ao local para onde fez o concurso.

Por que no início da UEMS a gente tinha uma política chamada "rotatividade de curso". Quando ela nasceu, ela nasceu assim, com um curso ou dois em cada unidade e na sede oito cursos. E a rotatividade de cursos era o seguinte: o curso de pedagogia começou na cidade de Invinhema; passados oito ou dez anos, nós detectamos que o curso de pedagogia naquela cidade não tinha mais sustentabilidade senão, todo mundo ia ficar com diploma de pedagogo na cidade. O curso foi remanejado para a cidade de Maracajú, onde só existia administração, e lá em Invinhema foi aberto o curso de Ciências Biológicas, que estava em Jardim e, em Jardim, abrimos Turismo e assim por diante.

Para fazermos isto, criamos no Conselho Universitário um processo de discussão e como resultado, fizemos a suspensão do sistema de rotatividade a dez anos atrás, porque detectamos que, de um modo geral, os cursos que no momento haviam, estavam dando uma resposta satisfatória e já tínhamos passado pelo período de implantação da universidade.

Por exemplo, em Amambai, já tínhamos muitos formados em letras, formandos em história e ciências sociais. Hoje, por exemplo, o curso de história em Amambai, já não responde mais da mesma forma de quando foi criado, não estamos mais conseguindo fechar as vagas e o próprio curso esta vivendo um esmorecimento, porque agora são os professores que não se fixam no curso, assim como em outros do

interior. Até porque quando as cidades são pequeninas, os professores na UEMS tem a mania de viajar, porque a UEMS paga o deslocamento, por exemplo, quando os professores são de uma determinada área que não tem uma carga completa em Amambai, e tem aulas ou em Ponta Porã, ou em Dourados, a UEMS paga este deslocamento que é calculado pelo desgaste do carro, o preço do combustível e etc, mais o recurso para dormir uma noite na cidade ou ficar um dia ou dois. Assim, ele pode ter pesquisa e extensão em unidades diferentes sem problema algum. Ou seja, somos professores da UEMS e não da unidade de Dourados, Paranaíba, etc..

Eu como docente da UEMS trabalho na graduação em Dourados no Mestrado em Educação em Paranaíba e no Mestrado em Saúde, em Dourados, mas eu posso dar aulas em outras unidades se eu quiser e houver vagas puras. Por exemplo, eu posso tocar um projeto em Paranaíba, porque eu tenho lotação lá. Estas questões foram amadurecidas, elas não nasceram assim, elas nasceram das discussões que desde 1994, quando foi fundada até 2006, a UEMS fazia anualmente um evento chamado “Encontro de Professores”, onde parávamos a universidade durante três dias, anualmente, levávamos alguns especialistas e fazíamos encontros, na sede em Dourados, com todos os professores, com logística toda para repensar a universidade, para discutir a universidade. A universidade cresceu muito, pois são quase mil professores hoje. Então, nos últimos dois encontros, nós fizemos por polos, um em Cassilândia, outro em Campo Grande e outro em Dourados, para chegar as unidades, mas com a mesma programação. A questão do PDI também foi uma discussão longa e feita assim: discutiu-se nas unidades, elegeram-se representantes e vieram à sede para fazer a discussão final, porque era impossível mobilizar todos os professores para chegar a um ponto comum. Estas ações primam sempre pelo debate, pelo uso de comissões, pela participação efetiva de professores. Antes, quando nós fazíamos encontros de professores, num evento como este, as pessoas eram convocadas porque a gente convidava e apareciam sempre os mesmos: aqueles que estão fazendo seu trabalho e se sentem responsáveis. Os demais sequer apareciam.

A partir do segundo encontro em que isto aconteceu, a reitoria passou a convocar. Eram três dias em que a universidade parava. O indivíduo não estava dando aula, não vinha discutir a universidade, ficava em casa ou ia viajar. E isto irritava profundamente a ex-reitora e a mim como pró-reitora. Então a gente convocava. Ela dizia no início: este povo virá com raiva. Eu dizia: não tem problema. Eles vem com raiva, escutam com raiva, mas alguma coisa eles absorvem. E o resto entra por um ouvido e sai por outro, mas pelo menos alguma coisa vai ficar. No segundo eles vem com menos raiva, no terceiro eles já virão conformados: tem que ir, então eu vou. E eu falei: mais a frente nem precisará mais convocar. E assim tem sido esta temática. Hoje faz cinco anos que não se faz mais encontro de professores. Em uma discussão que tivemos a pouco com um gestor, ele diz que está sentindo falta dos encontros. Eu disse: lembra dos encontros dos professores? É lá que podemos ouvir e ter subsídios para pensar a universidade para todo mundo.

Este movimento, esta discussão coletiva, seja no encontro, seja nas unidades, ela é altamente necessária. E nas unidades nós temos nossos cursos que são totalmente independentes, pois nós não temos departamentos. Nós temos uma pró-reitoria e todos os cursos são ligados a pró-reitoria. Os cursos têm colegiados e estes, tem autonomia estabelecida em resolução do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, as discussões dos cursos são feitas nos cursos e nos colegiados de curso, desde que não fira o direito legal do professor, do aluno ou de outro, as decisões são aprovadas pela pró-reitoria, pela procuradoria e etc. Inclusive, o colegiado tem autonomia para colocar professor a disposição, tirando-o do curso, devido a problemas na unidade. Inclusive, nós já fizemos isto muitas vezes. Mas é dado o direito de defesa ao professor, recolhendo todas as reclamações de alunos e todas as evidências de coisas que ferem o próprio exercício da função, da ética etc.

Existe um regimento, um estatuto e toda uma forma de trabalhar e, as pessoas têm que aprender a respeitar, senão nós vamos ter os cursos rapidamente, degradingando. E nas unidades, como aqui em Alta Floresta, além de cada curso ter o seu colegiado, o gerente conta com outro colegiado, chamado “Conselho

Consultivo”, do qual participam os coordenadores de curso, representantes de alunos e representantes da comunidade. Este conselho consultivo é quem subsidia o gerente da unidade, pois não temos diretor, mas sim gerente, sendo este sempre um professor, com alguma exceção. O gerente é quem cuida das questões de infraestrutura, o orçamento da unidade, etc.

Hoje, os coordenadores são eleitos pelos seus pares, o reitor é eleito, por voto não paritário, o que é uma briga com os funcionários administrativos e alunos. Na última eleição somente 20% dos alunos foram as urnas em protesto, por conta de o voto não ser paritário. Os professores ainda tem 70% dos votos, mas os dois seguimentos, alunos e administrativos ainda estão brigando pela paridade.

Então, estas questões todas batem em uma coisa chamada qualidade. Não dá para discutir qualidade sem discutir estas questões. Outra questão se refere aos currículos dos cursos. Eu digo que para pensar a qualidade, dentro da instituição como um todo, seja no local onde estamos, nós precisamos pensar nos processos de expansão. O que é expansão? O que nós vamos expandir? É somente criar cursos? - Porque os políticos da região querem o curso “X”? Eu enfrentei muito isto quando fui Pró-reitora de ensino! Se fossemos obedecer os nossos políticos, nós teríamos quinze cursos de agronomia, quinze de direito e mais dezenas de cursos. Não! Nós tentávamos mostrar sempre para eles que aquela região, por exemplo, não comportava tal curso, por conta da vocação econômica da região, dos aspectos sociais que ali estão, da demanda para mão de obra para a formação, porque o objetivo da universidade estadual é atender, em primeiro lugar, o seu estado. Ela nasceu para democratizar o ensino e, interiorizar é democratizar a geração do saber, disseminar o conhecimento é também propiciar o desenvolvimento do estado.

Verificamos que na primeira oferta do curso de medicina em Campo Grande, a maioria dos inscritos, vieram de fora. Eles vão se formar e vão embora. O que é que isto trouxe de retorno, para uma universidade que é do estado, para o próprio estado? O que é expansão para nós? Somente de cursos? - Esta é uma pergunta que precisa ser feita.

A questão do financiamento é grave: com que recursos contamos para estarmos trabalhando? Tem que ser igual dona de casa. Se o marido ou ela somente tem o salário mínimo, ela tem que planejar com o salário mínimo, porque do contrário os filhos não comem. Então, se a universidade tem “x” de orçamento, precisa saber o gasta e o que pode investir. E onde ela vai buscar mais recursos? - Isto tem que ser pensado.

E a questão da pesquisa e da extensão? Hoje no Brasil esta é uma boa forma de trazer recursos para nossos cursos. Porque, nos últimos anos, o MEC principalmente, tem feito muitos repasses, além de recursos de outros ministérios também. Exemplos: ministério do meio ambiente, ministério das mulheres, da igualdade racial, ministério da Justiça, etc. Se vocês tem um curso de direito, o Ministério da Justiça investe recursos em projetos relacionados ao curso. Se você traz cem mil reais de um projeto para um local como Alta Floresta, nestes cem mil reais, você pode comprar três ou quatro data shows, três ou quatro notebooks, um computador, material de consumo, etc. Portanto, porque não montar grupos de pesquisa e tentar trazer recursos, em vez de ficar reclamando que os computadores não estão funcionando, os data shows estão ruins, ou então que eu tenho que usar o meu, particular, que não tem um armário, que não tem papel, que não tem tinta e etc?

Esta dinâmica é também um exercício do docente universitário. O docente não é somente para dar aula. A primazia é pela aula sim, mas as outras coisas têm que funcionar também para que esta aula seja melhor. A questão de se capacitar, a questão da organização da gestão da instituição também tem que ser pensada sob a óptica da qualidade. Como é que nós podemos nos organizar? Esta forma de organização pode gerar a qualidade que estamos pensando? - Porque o grupo, a instituição vai ter que decidir o que é qualidade para ela. Terá que conceituar: O que é que a UNEMAT está entendendo por qualidade da/na educação superior.

E o maior desafio é chegar a este conceito, mas tem que ser um conceito construído pela própria instituição: Que é a UNEMAT, onde ela está, quais são suas potencialidades, as suas fragilidades. E aí, sim,

vamos planejar neste rumo que a estamos colocando. Se no final de cinco anos, descobrirem que pensaram alto demais, terão que repensar. Aí, o planejamento tem que ser real.

A questão dos currículos dos cursos, que envolve o processo de ensino-aprendizagem e que precisam, em um processo de busca de qualidade, estar comprometidos com duas coisas: a formação do cidadão ou cidadã e a questão das competências, a formação de mão de obra. Porque não adianta pensar somente em atender o mercado, correndo o risco de soltar na praça um estudante/egresso de direito que pensa o avesso dos direitos humanos, como temos muitos, estando qualificado, inclusive, para combater os direitos humanos. Enquanto isto, no projeto pedagógico está escrito que é um curso humanista. Estes são questionamentos que estamos fazendo para o curso de direito. Um curso com projeto pedagógico humanista, oferece uma especialização em direitos humanos e, agora com um processo no ministério público sobre racismo e homofobia. Estamos formando pessoas para se melhorar e melhorar a sociedade ou nós estamos qualificando o racismo, a homofobia, a corrupção? Assim, precisamos evitar formar corruptos legalizados, diplomados, qualificados.

Então, estas coisas precisam ser discutidas no projeto pedagógico. Que formação é esta? E a ética? Em todos os cursos, precisamos falar de ética. Em todos! A ética nossa, do corpo docente, de perseguir aluno, de desprezar determinados alunos porque são “piores” do que os outros e só valorizar o que está em primeiro. Nós tínhamos um problema sério com um professor de física que dava aula para três alunos, e exigia que os três sentassem na frente. Depois ele dizia: só estes três entendem. Ele dava aula só para os três, o restante da turma ele não queria saber., sequer enxergava.

E a formação continuada dos docentes? A questão dos docentes estarem se qualificando, se atualizando, buscando mecanismos para estarem atualizados, em todas as áreas é séria. Todas! Se você é professor, você é professor agora, mas amanhã, dependendo da sua área, você pode não ser mais professor daquele conteúdo, porque o conteúdo deu um salto qualitativo e científico que se você não for atrás, você vai dar uma aula que o aluno vai questionar citando, inclusive a inovação que ocorreu. E aí?

Aí o professor universitário não pode reclamar que ele não tem condições de estar atualizado, mesmo porque ele tem a obrigação de dominar as ferramentas de acesso ao conhecimento. Segundo, porque ele não ganha somente para dar aulas, ele tem uma carga horária disponível, em todas as universidades (por piores que seja), para planejar, para fazer as coisas. Terceiro, porque ele tem a oportunidade de sair para fazer um mestrado, um doutorado. Então, o que nós temos que ter é o desejo de aprender. Precisamos ter a vontade, o desejo mesmo de aprender. Se eu escolhi ser professor, não importa qual a área, tem que ser professor como profissão e educador, em sala de aula. Porque ser professor não é ser educador. Professor é sinônimo de profissão, sendo que qualquer um que tenha um diploma de licenciatura ou mesmo um bacharelado, fazendo um mestrado ou um concurso docente ele vira professor. Agora ser educador, perpassa esta estância do diploma. Nós podemos ser educadores, inclusive, sem ter mestrado ou doutorado e podemos ser doutores e não sermos educadores.

Uma última coisa neste processo de pensar (a qualidade) refere-se às políticas de acesso e permanência dos nossos alunos na universidade. Este é um grande nó que está posto hoje de modo geral. O Brasil lida, em todas as universidades estaduais e federais com alto índice de reprovação e evasão de alunos. Nós precisamos voltar os nossos olhos para a nossa instituição, para nossos cursos e para o nosso fazer pedagógico. Porque nossos alunos estão se evadindo?

Antigamente a evasão menor era na área das ciências humanas, mas hoje esta também está se apresentando como uma área de grande evasão também. Principalmente os grupos minoritários, que chegam na universidade, mas que estão entre os primeiros que vão embora. E aqueles que não são índios, não são do campo, não são quilombolas e também estão indo embora? Alguma coisa está errada! Porque se a universidade não acredita que é lugar para eles, que seria lugar para lidar com o aluno urbano, digamos

assim, e este urbano também está indo embora, alguma coisa está errada!

Nós temos cursos de matemática que chegam ao final com quatro formandos. O que é isto? Desperdício de recursos públicos! Desperdício de dinheiro! Paga-se um corpo docente altamente qualificado e forma quatro alunos! Seis lá na química, na física... E aí a gente também fica preocupado, porque as áreas de humanas andam formando vinte, vinte e poucos. Então, algo muito grave está ocorrendo na trajetória dos alunos, da entrada até a saída. E não é apenas a questão financeira, porque não são só os pobres que estão desistindo. Não são só os bolsistas permanência que estão desistindo.

Falta-nos olhar também para os processos da relação professor – aluno e para os processos de ensino-aprendizagem, de que forma está sendo tratado o acesso ao conhecimento dentro da sala de aula. Isso envolve também as questões de avaliação e das metodologias de ensino. Nossos professores precisam desta atualização, capacitação, a busca da renovação e uma série de outras coisas.

São muitas as coisas que envolvem a questão da qualidade. Tem que ter metas, tem que ter postura. A gestão pode precisar, por exemplo, de pulso firme em determinados momentos. Os conselhos precisam dizer para que vieram. Já passou da hora desta coisa de ficar desculpando aqui, desculpando gestor, desculpando professor, desculpando aluno, desculpando todo mundo, dando jeito e arranjando a situação. Não é assim. Nós estamos num processo que é de avanço, de progresso da ciência e tudo o mais. Ou nós corremos atrás disto ou estaremos perdidos enquanto universidade. Nós precisamos falar discutir a questão do acesso e permanência, inclusive como um dos eixos para entender o que é que nós precisamos mudar em nossas universidades.

As universidades, tanto a UEMS como a UNEMAT, tiveram as leis de cotas instituídas pelo governo. Na época a UEMS foi consultada somente para validar a decisão do governador. Contudo, depois de instalada as cotas, precisas ser gerenciadas. Não interessa como o governo criou as leis de cotas; as cotas existem, os alunos estão na universidade, eles tem direitos legais iguais aos dos outros. Porém, o que as cotas propiciaram foi apenas o acesso.

As pessoas têm a mania de achar que as cotas são uma forma mais fácil de entrar. Esquecem que o aluno está inscrito no ENEM, como todos os outros, ele faz a mesma prova que os outros, tem o mesmo risco de não ser aprovado. Depois ele entra no SISU e disputa as vagas. Ele desmerecerá a vaga que recebeu? - Não! A única diferença é que o sistema de concorrência foi tratado de uma forma diferenciada. A UEMS abriu o curso de medicina em Campo Grande com 40 vagas, sendo 20% para negros, 10% para indígenas e 70% para os demais. O que aconteceu? Quem são os candidatos que concorreram nas vagas do curso de medicina na capital?

Antes da abertura do edital do SISu, em Dourados, as redes de cursinhos já estavam oferecendo cursinhos preparatórios para disputa do curso de medicina que abriria. O custo era de mais ou menos R\$1.500,00 de matrícula. Os professores altamente preocupados em prepará-los. Quem estavam lá? Os filhos dos médicos de Dourados, a maioria, os filhos dos fazendeiros, de grandes comerciantes e pessoas que tem poder aquisitivo maior. E assim, também vieram do Brasil todo, alunos que participaram de cursinhos preparatórios dessa natureza. E os negros e os indígenas? Os indígenas tiveram algum cursinho preparatório?

O máximo que eles tiveram foi aquele feito com recursos da Ford, mas que não é para todos, que acontece todo ano, mas prepara para a concorrência geral e não especificamente para concorrer ao curso de medicina.

E os negros cotistas? - Tivemos alunos que vieram de São Paulo, tivemos alunos que vieram lá do fundão do Mato Grosso do Sul, que estudaram em escolas públicas e que entraram por mérito deles, não por mérito de cursinhos.

Mas porque isto aconteceu? - Porque aqueles que vieram altamente preparados, concorreram entre eles mesmos. Era fera engolindo fera. E os 20% de vagas estavam lá para negros que concorreram na mesma condição de aprendizagem, sendo que 89% deles são de escolas públicas.

E os indígenas concorreram entre eles. São alunos de escolas situadas nas aldeias, alguns que já estudaram na cidade, porém com suas dificuldades específicas. Eles concorrem de igual para igual. A gente brinca, usando muito uma frase do professor José Jorge da UnB que diz que quando a gente cria cotas, a gente coloca todos em igualdade de condições na corrida. Diferente do que como era antes, quando as condições oferecidas nos permite comparar o vestibular a uma corrida na qual uns concorriam com um cavalo, outro com uma moto, outro com uma bicicleta e outro com uma Ferrari.

Então um indígena, por exemplo, tinha que disputar uma vaga com todos alunos que estavam saindo de cursinhos; alunos que fizeram três anos de ensino médio e três anos de cursinhos. Nesse caso, o indígena podemos dizer estava a pé contra os demais meios. É claro, a Ferrari sempre chegava primeiro. Com as cotas étnico-raciais você torna igualitários os processos.

Agora, após entrar na universidade, quais são os processos que temos para atender estes alunos? É o que nós enquanto instituição estamos fazendo pela permanência, não somente destes, mas também dos alunos oriundos de escolas públicas, com baixo poder aquisitivo e com dificuldades por terem estudado em escolas públicas a vida inteira e que não possuem aquilo que os professores chamam de “pré-requisito” de leitura, escrita, matemática, etc?

O que estamos fazendo por todos os nossos alunos? Alguns discutem que os cursos poderiam fazer até algumas ações de nivelamento, para que eles conseguissem chegar no patamar que esperam, mas alguns dizem: nossa! Aqui não é lugar de fazer isto! Entrou, se vira. Não quero nem saber! E aí o aluno vai embora. Porque começa a tirar zero, notas baixíssimas, até porque o sistema de avaliação dos nossos docentes é na base de provas, maioria só dá provas e aí, o aluno vai embora. Dessa forma, ficam somente os selecionados, pelo chamamos de “mérito”, o que não é tão exitoso assim, porque estes tiveram oportunidades anteriores, maiores e melhores que os outros, vigorando a ideologia do mito da democracia racial. Há uma seleção após o ingresso! Entrar é uma coisa, agora ficar, é difícil. Isto é um processo perverso da instituição. É a instituição que tem que pensar nisto. É uma questão de gestão. Nossa UEMS, a terceira a ter cotas para negros, aliás, a primeira e única com cota para indígenas, pois as outras têm reservas, mas não cotas especificadas para esta população, tem ações ainda muito tímidas, porque nas gestões anteriores havia um discurso de que não precisávamos falar disto. Sempre que íamos aos conselhos pedindo criação de bolsas específicas, tínhamos a resposta: de que ali não era lugar para “dar cotas”. Hoje já temos um processo de sensibilização, no qual o reitor vem apoiando iniciativas e o processo para fortalecer a questão da permanência em todos os programas.

Já temos a universidade da terceira idade e vamos investir agora na questão do índio, do quilombola, do negro e fortalecer os programas de permanência na graduação. Queremos trazer uma política institucional constituída para a permanência da universidade, com todos os aspectos que ela deve ter, não somente econômico, mas pedagógico, cultural e etc.

Posso dizer para vocês que a permanência não se efetiva, pelo menos na UEMS, muito mais por questões pedagógicas do que por questões econômicas, porque nós acabamos de fechar o edital de bolsas PIBIC e nem todas as bolsas foram preenchidas. Sobraram 67 bolsas de extensão, sendo necessário novo edital. Porque isso ocorre? Faltam docentes preocupados com a permanência dos alunos. Então, não basta ter bolsas. Outros processos devem ser instituídos.

E, por fim, investir principalmente neste processo de sensibilização e formação dos nossos docentes, não importa se ele é doutor na área, portanto vamos trabalhar na sensibilização para as causas da universidade e do fazer docente, administrativo e da gestão. Espero ter contribuído de um modo geral.

Muito obrigada pela atenção!